



PP – Açores

Palavra Parlamentar

Folha Informativa do Grupo Parlamentar do Partido Popular
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

N.º 5

Fevereiro de 1998

Deputado Alvarino Pinheiro na discussão do Estatuto Político: MAIS UMA VEZ O PP DEU UM IMPORTANTE CONTRIBUTO

Ao intervir na discussão sobre a alteração ao Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Popular considerou que a proposta “resulta claramente de um profícuo trabalho realizado pela Comissão Eventual de Revisão do Estatuto, que durante estes últimos meses se debruçou sobre os quatro projectos apresentados pelos Partidos com assento parlamentar” e acrescentou “foi uma tarefa aliciante que de forma construtiva e sempre na busca do maior consenso possível, permitiu chegar-se a uma solução conjunta e unânime sobre as matérias a alterar na principal lei da nossa autonomia político-administrativa”.

Realçou depois algumas das principais alterações, designadamente as relacionadas com a autonomia financeira, com a competência legislativa da Região, as que visam melhorar o funcionamento das instituições autonómicas e a norma que permitirá a formação de novo governo em caso de crise política.

O Deputado Alvarino Pinheiro salientou depois algumas alterações sempre defendidas pelo Partido Popular, nomeadamente a de aumento do número de períodos legislativos, a de que a representação da Região deve caber primordialmente ao Presidente da Assembleia e a que “respeita ao reforço dos poderes dos Conselhos de Ilha, como órgão representativo da realidade Ilha, aumentando o número dos seus membros, com garantia de presença das oposições municipais e acautelando a participação de representantes do movimento sindical e das estruturas empresariais”.

O Presidente da Comissão Directiva do PP referiu que não foi possível encontrar um denominador comum relativamente à alteração do sistema eleitoral, mas realçou que o actual sistema de eleição dos deputados “contém muitas mais virtudes do que defeitos” e tem a “grande vantagem de conciliar a representação demográfica com a representação de cada Ilha”.

Alvarino Pinheiro disse quase a finalizar “temos a consciência de que mais uma vez o Partido Popular deu um importante contributo, válido, inovador e empenhado, para que a Região venha a aperfeiçoar um instrumento tão fundamental como o seu Estatuto Político-Administrativo”. E terminou “assim a Assembleia da República o compreenda, como esperamos e merecemos”.

Participação dos Deputados do PP em Comissões

São os seguintes os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Popular que participam nas comissões presentemente existentes no Parlamento Açoriano:

Comissão Permanente: Alvarino Pinheiro e Nuno Almeida e Sousa; Comissão de Organização e Legislação: Alvarino Pinheiro; Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais: Nuno Almeida e Sousa e João Greves; Comissão de Juventude e Assuntos Sociais: Nuno Almeida e Sousa e João Greves;

Comissão de Economia Finanças e Plano: Alvarino Pinheiro; Comissão de Revisão do Estatuto Político-Administrativo: Alvarino Pinheiro e Nuno Almeida e Sousa; Comissão Eventual para o Estudo da Tóxico-dependência na Região Autónoma dos Açores: Nuno Almeida e Sousa e João Greves; Comissão Eventual de Inquérito para o Estudo de Eventuais Irregularidades Ocorridas nas Eleições para os Órgãos das Autarquias Locais: Alvarino Pinheiro e Nuno Almeida e Sousa.

**PP defende Redução de Impostos
(Página 3)**

Deputado João Greves exige MAIS RESPEITO PARA COM OS CORVINOS

Nas últimas seis intervenções proferidas na Assembleia, o Deputado do PP manteve a defesa da resolução dos problemas que afectam os Corvinos.

O tema dos transportes aéreos foi frequentemente tratado, defendendo que a ilha do Corvo devia ser servida, com, pelo menos, três voos semanais da SATA, porque “é muito penalizante para quem tem de se deslocar a consultas médicas quase se obriga a ficar umas semanas fora de casa com enormes encargos” e noutra dizia “ou será que os Corvinos não têm o mesmo direito dos outros açorianos que têm voos todos os dias e (...) também não são todos rentáveis”.

Recordando, noutra intervenção, que tinha prometido ser uma voz incómoda, referiu-se ao transporte de gado “com o mar em mau estado e sem nenhuma condições”, sabendo-se que “a economia do Corvo depende da exportação de gado, com o sector da carne em crise (...) quem trabalha o ano inteiro com grandes sacrifícios, vê o produto do seu trabalho somado em quase nada” e alertou “tenham mais respeito para com os corvinos, porque esquecidos já estão há muito tempo”.

Em várias intervenções voltou a defender a reparação do caminho de acesso às lagoas do Caldeirão e lembrou que, prometidas desde 1977, “as instalações dos Serviços de Desenvolvimento Agrário no Corvo, até hoje estas continuam por fazer”, como também há muito que não se desloca ao Corvo o prometido veterinário.

João Greves apelou para que todas as fases do projecto do porto do Corvo “andem depressa, para que a obra se concretize o mais rápido possível” e prometeu “vou continuar aqui a defender que não se tenha de sacrificar algumas ilhas em benefício de outras, como tem sido o caso das Flores e do Corvo, que até parece serem ilhas de outro arquipélago”.

Na área social defendeu “a necessidade de um centro de dia para idosos no Corvo” e referiu que os equipamentos de estomatologia adquiridos pela Câmara para o Posto de Saúde do Corvo “só servem para ornamentar (...) porque até hoje ainda não apareceu nenhum especialista”.

Defendeu a colocação de um professor de música no Corvo e a construção de uma casa etnográfica e fez uma intervenção para louvor os antigos Padres Tomé e Gregório.

Deputado Nuno Almeida e Sousa ACUSA O GOVERNO DE POLÍTICAS NEGLIGENTES

Intervindo sobre a droga e toxicodependências, o Deputado Nuno Almeida e Sousa considerou-as um “fenómeno infelizmente progressivo” e apontou algumas das razões que têm ajudado à expansão.

Considerou que “o combate à droga começa por uma proposta de modelo de sociedade que: Dê poder à família; Crie uma alternativa ao ócio; Desenvolva uma consciência crítica sobre a banalização do fenómeno das toxicodependências; Que ataque profundamente a degradação das condições de vida nos subúrbios”.

Considerou depois a proposta de liberalização da Juventude Socialista como “errada nos princípios, ineficaz na prática e perigosa nas suas consequências” e referiu “graças à posição estratégica dos Açores, corremos o risco de fazer das nossas ilhas autênticos paraísos para os traficantes, uma espécie de zona franca dos traficantes da droga”.

Antes de terminar considerou “É nossa obrigação denunciar que as políticas do Governo anterior e do actual, ainda que diferentes na retórica e na eloquência oratória de quem as divulga, são no essencial iguais. Ambos expõem uma retórica anti-droga, mas ambos aplicam políticas negligentes e laxativas” e finalizou “A Autonomia não é só bradar contra o cargo de Ministro da República, ou gritar aos sete ventos que apareceu um santo milagreiro que entendeu assumir as dívidas e garantir o financiamento, é também lutar contra aqueles que nos querem destruir”.

Em intervenção no dia 21 de Janeiro, o Deputado Nuno Almeida e Sousa, intervindo a propósito da anunciada remodelação da estrutura do Governo Regional, considerou que “em suma as escolas (do PSD e do PS) mais uma vez se confundem e a ira expressa-se e vem ao de cima porque, estes estão a fazer o mesmo que faziam aqueles”.

Referiu depois que Carlos César aproveitou para criar a nova Secretaria Regional num período de convulsão que paira nos Açores e tem a ver com “A grande derrota eleitoral do Partido Socialista nas autárquicas” e “O relatório do Senhor Provedor de Justiça sobre a actuação do Serviço Regional de Protecção Civil”.

Considerou depois que “Restam dúvidas sobre a legitimidade política, já que a proposta de orgânica viola o discurso pré-eleitoral e o Programa de Governo” e “Restam as dúvidas sobre a própria legalidade do acto”.

Deputado José A. Monjardino na discussão dos Planos e Orçamento 1998
PARTIDO POPULAR DEFENDEU REDUÇÃO DE IMPOSTOS

Na sua primeira intervenção sobre as propostas de Plano de Médio Prazo e Plano e Orçamento para 1998, o Deputado José António Monjardino considerou que a discussão “já não está condicionada pelo processo de transição de um Governo Regional (o do PSD) para outro (o do PS)” e lembrou que o Partido Popular prometera “que seria muito mais exigente na análise dos documentos para 1998”.

DESPESAS CORRENTES AUMENTAM

Continuando referiu “Aumenta a despesa pública, mantém-se a lógica do investimento público e as reformas não são referenciadas” e justificou “a despesa pública total aumenta 5,62% em 1998, mas o investimento público (ou seja o Plano) só aumenta 0,92%. Se analisarmos com algum cuidado a evolução da despesa, o quadro piora. As despesas correntes aumentam 7,62% mas, se retirarmos os custos relacionados com a dívida, então a despesa corrente aumenta 11,7%. Conclusão: a despesa sobe acima da inflação”.

GOVERNO ESQUECE MATÉRIA FISCAL

Prosseguiu referindo uma preocupação do PP “as transferências do Orçamento Geral do Estado para a Região, assim como a progressiva diminuição da dívida estão referidas no documento, *todavia o aspecto fiscal não está contemplado*” e apontou “se aproveitarmos a oportunidade que resulta da baixa estrutural das taxas de juro e a conjugarmos com uma *rápida redução dos impostos directos*, conseguiremos criar as bases fundamentais para o relançamento da nossa economia e iniciaremos um período de prosperidade sustentada. *O Partido Popular não abdica deste ponto e considera-o fundamental*” e rematou “é evidente que, se fossemos Governo, teríamos apresentado um conjunto de documentos completamente diferentes”, mas porque não somos “o Partido Popular apresentará um conjunto de propostas de alteração para serem votadas (...) as quais são o remendo mínimo para que possamos aprovar os documentos”.

PP PROPÕE ALTERAÇÕES

Na sua intervenção final o Deputado José António Monjardino disse que “para 1998 estamos condicionados pela expectativa que deriva do facto de estar em discussão, na Assembleia da República, a lei das Finanças Regionais. Não temos dúvidas, ela será aprovada” e continuou “quanto ao Plano de Médio Prazo achamos que se comete um erro estratégico de orientação. A análise deste documento não pode deixar de ser feita à luz da

futura implementação da lei das Finanças Regionais”.

José A. Monjardino, Presidente do Partido Popular, continuou “ao não introduzir a componente dos impostos o Governo dá uma indicação de que a política fiscal é menos importante que a dívida e as transferências do OGE. *Não estamos de acordo*. Porque só faz sentido termos finanças públicas sãs e reduzir a dívida se tal tiver impacto na competitividade do tecido económico regional. Ora dado o atraso estrutural, acrescido da debilidade das empresas e empresários açorianos, é fundamental criar um catalisador para relançarmos a nossa economia regional”.

AJUDAR A ACTIVIDADE ECONÓMICA

Avançou depois “o uso dos efectivos poderes tributários da Lei das Finanças das Regiões Autónomas permite fazer escolhas políticas de fundo, tomar medidas fiscais com reflexos palpáveis na actividade económica, confiar no sector privado boa parte do desenvolvimento da Região e ao Parlamento, assumir responsabilidades políticas próprias”.

O Deputado popular concretizou a seguir que as propostas do PP versam todas sobre a mesma temática “a redução dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares e colectivas, ou seja o IRS e o IRC. Por contrapartida da redução das receitas da Região, o Partido Popular propõe uma redução da despesa pública corrente” ou seja “propomos que a despesa cresça mais devagar, para beneficiar as populações e as empresas dos Açores” e além disso o PP também propõe “que se institua um regime de *aposentação voluntária*”.

APELO AO BOM SENSO

Considerando que são “sãs e boas propostas” terminou “estas medidas estão em coerência com os princípios que defendemos e são boas para os Açores e os açorianos. Esperamos que impere o bom senso nesta Assembleia, no sentido de permitir a sua aprovação. O PP mantém a sua postura de oposição construtiva para bem dos Açores. Se virmos as nossas propostas aprovadas, daremos o nosso acordo aos documentos apresentados. Se não, votaremos contra. O Povo será o juiz da conduta de cada um dos partidos com assento nesta Assembleia”.

Propostas do Grupo Parlamentar do Partido Popular, entregues à Comissão de Política Geral do Parlamento Europeu

A Comissão de Política Geral do Parlamento Europeu, quando se deslocou aos Açores, reuniu com o Grupo Parlamentar do PP na Assembleia Legislativa Regional, tendo-lhe sido entregue um documento da responsabilidade dos deputados populares açorianos.

Na sua primeira parte faz-se uma caracterização dos Açores, designadamente no que se refere a rendimento, população e distribuição do emprego, ao que se segue uma análise sobre a forma como têm sido aplicados os sistemas comunitários de apoio, defendendo-se que a Região “carece de apoio financeiro, de modo a que se atinja a tão almejada convergência real com o rendimento médio per capita dos países da União Europeia”.

O Grupo Parlamentar do PP defendeu que o “futuro Quadro Comunitário de Apoio deverá prever um conjunto de ajudas/derrogações aos Açores, de modo a potenciar o seu desenvolvimento sustentado” as quais deverão incidir sobre as seguintes áreas:

a) REALIZAÇÃO DO MERCADO INTERNO:

. Transporte inter-ilhas - apoio à compra/construção de embarcações para transporte, dentro do Arquipélago;

. Criação de mais valia regional - apoio à pequena industrialização e ou embalagem de produtos importados, permitindo a introdução de alguma mais valia, nas importações de produtos de consumo;

. Energia - apoio adicional ao investimento em centrais eléctricas e à rede de distribuição nas ilhas, de modo a permitir uma redução drástica do custo da energia na Região;

. Produção Agrícola para consumo local - medidas de apoio tendentes a fomentar a produção de produtos hortícolas e frutícolas para consumo local, de modo a substituir as importações que se verificam nestes produtos;

. Comércio - apoio à modernização do comércio e à introdução de novas tecnologias neste sector, para evitar a total erradicação pelas grandes organizações de distribuição.

b) MODERNIZAÇÃO DA LAVOURA REGIONAL:

. Apoio à reconversão dos actuais sistemas de exploração, de modo a reduzir os seus custos;

. Apoio à introdução de qualidade nas explorações, através de melhorias das infraestruturas de apoio (caminhos, água, luz e frio);

. Apoios à industrialização dos produtos complementares do leite (carnes, cortumes, etc.);

. Apoio à criação de zonas demarcadas de origem (queijo de S. Jorge, Pico, Corvo) e (leite e carne dos Açores);

c) APOIO AOS SECTORES EXPORTADORES:

. Criação de redes de comercialização, fora da Região, de produtos oriundos da R.A.A.;

. Apoio à criação de *marcas* de produtos produzidos e transformados na R.A.A. (nomeadamente agro-alimentares);

. Criação de uma rede de transportes aéreos e marítimos da Região para o exterior com regularidade, qualidade e preço competitivo;

. Melhoria da rede externa de comunicações da Região;

. Apoio a investimentos em indústrias de tecnologia avançada, através de medidas que compensem a fixação de investimento externo;

. Apoio à actividade turística, num claro entendimento que os Açores têm uma oferta turística diferenciada e vocacionada para nichos de mercado não massificados.

d) VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS:

. Apoio à actividade científica e tecnológica da Universidade dos Açores;

. Apoio à formação superior (universitária e politécnica);

. Apoio à formação sócio-profissional e empresarial;

. Criação de medidas activas para fixação de quadros na Região.

e) PROTECÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS:

. Sendo os recursos piscatórios da Região escassos, achamos que se deveria impedir e ou limitar, drasticamente, o esforço de pesca de frotas oriundas de fora da Região.

O documento termina considerando serem as referidas algumas das medidas que se espera “venham a ser enquadradas no futuro Quadro Comunitário de Apoio, tendo a noção de que algumas se revestem de um carácter especial e excepcional” precisamente porque “se se tentar aplicar nos Açores fórmulas genéricas e não diferenciadas, dificilmente se conseguirá criar um quadro de desenvolvimento sustentável da Região”.